

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Atlântica Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Independentes.

#### Desempenho das Operações de Seguros

A Atlântica Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2016, faturamento de R\$ 282,940 milhões.

O faturamento apresentado é composto majoritariamente pelas emissões de prêmios de Garantia Estendida, produto comercializado através de Contrato de Representação de Seguros com uma das maiores redes varejistas do País.

A significativa presença das lojas no território brasileiro, potencializa a distribuição de produtos do Grupo Bradesco Seguros e viabiliza a proteção do patrimônio de milhares de segurados.

#### Resultado do Exercício

A Atlântica Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2016, prejuízo de R\$ 44,617 milhões (lucro de R\$ 23,715 milhões no exercício de 2015).

O prejuízo apurado no exercício decorre basicamente da reavaliação da performance de vendas da operação de Garantia Estendida no acordo operacional firmado com varejista. Foi observada redução do volume de negócios em comparação ao previsto, levando à Administração a realização de ajuste na despesa de Custo de Aquisição Diferido, reconhecendo uma perda no valor deste ativo em R\$ 101,9 milhões.

#### Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Atlântica Companhia de Seguros, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

#### Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Atlântica Companhia de Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos com estrutura operacional especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura da Organização Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o acultamento de gestão de riscos e capital, nos vários níveis de atuação nas Empresas do Grupo, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e dos Manuais de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016). E as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

#### Governança Corporativa

Com a finalidade de preservar e otimizar o valor a longo prazo, o Grupo Bradesco Seguros possui uma estrutura de governança corporativa, pautada nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas. Busca permanentemente a eficiência dos modelos de gestão, contribuindo para a excelência dos processos, estruturas e mecanismos de monitoramento e de controles, sempre levando em conta o arcabouço regulatório (compulsório e facultativo) e o Código de Conduta Ética, disponível a todos os públicos com os quais se relaciona.

Fundamentado nessas premissas e objetivando potencializar a capacidade de formulação estratégica e tomada de decisões, o Grupo possui estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. Nessa linha, o Grupo possui canal de comunicação, para acolher informações sobre violações aos princípios contidos

no Código de Conduta Ética, procedimentos e normas internas, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e orientar a conduta cotidiana dos profissionais que integram as empresas do Grupo. Adicionalmente, conta com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações, que são tratados com confidencialidade.

#### Controles Internos e Compliance

Com base na política corporativa definida, e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Atlântica Companhia de Seguros avalia e aperfeiçoa constantemente os instrumentos que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência são executados para aferir a efetividade dos controles existentes, regularmente aplicados nas áreas de serviços compartilhados que realizam atividades relacionadas à Companhia, em conformidade com os requerimentos da Seção 404 da Lei Americana Sarbanes-Oxley e com os principais frameworks de controles, como o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT - *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, aspectos de negócios e tecnologia da informação.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, com o propósito de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos, Códigos de Conduta e de autorregulação aplicáveis. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração da empresa, ao Comitê de Controles Internos e Compliance e, sob demanda, ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros monitora, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos Reguladores, informa às áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias e realiza testes, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

#### Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Atlântica Companhia de Seguros, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando, com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Atlântica Companhia de Seguros atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura está alinhada a partir do Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo que objetiva acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao assunto no Grupo Bradesco Seguros. Destaca-se o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrangem palestras, cursos à distância e disponibilização de cartilhas.

#### Prevenção à Fraude

A Atlântica Companhia de Seguros, em consonância com a regulamentação vigente, no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante em desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a Companhia possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e a sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam indícios de irregularidades.

#### Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para o Grupo Bradesco Seguros. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, o Grupo tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da organização de palestras, cursos e da publicação de materiais nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

#### Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)				
	Nota	2016	2015	
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>660.348</b>	<b>674.959</b>	<b>CIRCULANTE</b>
Disponível		9	3	Contas a pagar
Caixa e bancos		9	3	Obrigações a pagar
Aplicações	4	467.506	415.105	Impostos e encargos sociais a recolher
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	22.987	52.561	Impostos e contribuições
Prêmios a receber		22.987	52.561	Débitos de operações com seguros e resseguros
Outros créditos operacionais		1.884	1.862	Operações com seguradoras
Títulos e créditos a receber	7	5.735	5.635	Corretores de seguros e resseguros
Créditos tributários e previdenciários		5.735	5.635	Outros débitos operacionais
Despesas antecipadas		3.724	4.415	Provisões técnicas - seguros
Custos de aquisição diferidos	8	158.503	195.378	Danos
Seguros		158.503	195.378	Operações com seguradoras
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>485.376</b>	<b>601.057</b>	Corretores de seguros e resseguros
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>484.177</b>	<b>600.012</b>	Outros débitos operacionais
Títulos e créditos a receber		50.951	9.989	Provisões técnicas - seguros
Créditos tributários e previdenciários	7	40.389	289	Danos
Depósitos judiciais e fiscais	9	10.534	9.672	Operações com seguradoras
Outros créditos operacionais		28	28	Corretores de seguros e resseguros
Despesas antecipadas		2.857	2.937	Outros débitos operacionais
Custos de aquisição diferidos	8	430.369	587.086	Provisões técnicas - seguros
Seguros		430.369	587.086	Danos
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>540</b>	<b>519</b>	Operações com seguradoras
Participações societárias		540	519	Corretores de seguros e resseguros
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>349</b>	<b>338</b>	Outros débitos operacionais
Bens móveis		204	206	Provisões técnicas - seguros
Outras imobilizações		145	132	Danos
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>310</b>	<b>188</b>	Operações com seguradoras
Outros intangíveis		310	188	Corretores de seguros e resseguros
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.145.724</b>	<b>1.276.016</b>	Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Corretores de seguros e resseguros
				Outros débitos operacionais
				Provisões técnicas - seguros
				Danos
				Operações com seguradoras
				Correto





## d. Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurador, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurador, é classificado como um contrato de seguro.

## e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, estão descritos a seguir:

### (i) Disponível (caixa e equivalente a caixa)

São representados por depósitos bancários, sem vencimento e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

### (ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

### (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

### (iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

### (v) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

### (vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

### (vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Crédito das operações com seguros e resseguros" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perda por redução ao valor recuperável.

### (viii) Redução ao valor recuperável de Empréstimos e recebíveis

A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber e operações com seguradoras, é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento. A redução a valor recuperável, considera, inclusive os riscos já decorridos e os prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

## f. Custo de aquisição

Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. Compreende também o custo de aquisição diferido relativo ao contrato de exclusividade com a rede varejista, por comercialização do seguro garantia estendida pelo prazo inicial de 12 anos, com a extensão de mais 4 anos de contratos, totalizando 16 anos. A Administração efetua anualmente a análise relativa a recuperabilidade dos custos de aquisição relacionados a esse contrato. Considerando a significativa redução das vendas no segmento varejista fato que afeta diretamente a produção, a análise corroborou para o reconhecimento de uma perda de R\$101,9 milhões registrado na rubrica "Variação dos Custos de Aquisição Diferidos".

## g. Imobilizado

O imobilizado de uso é reconhecido pelo custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática.

## h. Intangível

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

## i. Provisões técnicas

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off trimestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 11 trimestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência, refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações avisadas até a data do balanço, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais, corrigidos monetariamente.

Outras provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

Para a data-base não foi identificado necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura.

## j. Operações com o Convênio DPVAT

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

## k. Teste de adequação de passivo ("LAT")

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 de Contratos de Seguros e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) relacionados às provisões técnicas, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaíveis relacionadas aos sinistros, e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocaíveis a sinistros, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL e IBNR.

O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas foi comparado a soma da PPNG e PPNG-RVNE.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, não houve a necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

Em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015, não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

## l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/2015 a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente e o imposto a pagar sobre lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

## m. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguro e cosseguros aceitos, e os respectivos custos de aquisição correspondentes, são registrados no resultado quando da emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, por meio da variação da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, no decorrer do período de vigência das apólices.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos, receita de dividendos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

## n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

### IFRS 9 – instrumentos financeiros (CPC 48)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações contábeis da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

### IFRS 15 – Receita de contratos com clientes (CPC 47)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

## 3 Gerenciamento de riscos

### a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de seguros, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 521/2015, foi nomeado um Gestor de Riscos.

### Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc, bem como, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua adequada identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (seguros, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

### b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição, no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais, quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm com uma de suas principais atribuições, cálculo de capital regulatório para esse negócio e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

### Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

### Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM – Asset Liability Management. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as características da carteira de produtos da Companhia.

### Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

A Companhia opera na modalidade de seguros de garantia estendida e apesar da emissão ser através de cosseguro aceito o monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

### Principais riscos associados aos seguros de garantia estendida

- Flutuações na ocorrência, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

### Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

### Seguros de Bens – Sensibilidades em 31 de dezembro de 2016

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo.

	Bruto de Resseguro (R\$ mil)	Líquido de Resseguro (R\$ mil)
Ramos Elementares	(1.659)	(1.659)

### Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. A exposição da Companhia refere-se às emissões do produto Garantia Estendida aceitas em cosseguro, cujos valores de prêmios emitidos totalizam R\$ 200.536 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 301.047 em 31 de dezembro 2015).

### c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

### Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que estão classificadas na carteira de rating AAA como demonstrado abaixo.

	2016	Total
Ativos financeiros – Rating	AAA	467.506

Valor justo por meio do resultado	467.506	467.506
Título de renda fixa público	276.109	276.109
Título de renda fixa privado	191.397	191.397

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de rating AAA uma vez que a contraparte é o governo federal. Trimestralmente, são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco e dos Comitês Executivo de Gestão de Riscos e de Estratégia de alocação de Ativos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

### d. Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

### Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a qual a Companhia está exposta (I):

	2016	
	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (ii)	Fluxo de Passivos (iii)
À vista ou sem vencimento definido	9	-
Fluxo de 0 a 3 meses	332.109	61.013
Fluxo de 3 a 6 meses	-	13.459
Fluxo de 6 a 9 meses	-	9.383
Fluxo de 9 a 12 meses	-	15.346
Fluxo de 12 a 60 meses	-	84.659
Total	332.118	183.860

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações (exceto DPVAT), créditos das operações com seguros e resseguros.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas (exceto DPVAT) e os débitos das operações com seguros e resseguro.

### Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

### e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

### Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

### Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

O principal risco de monitoramento é o relacionado a taxa de juros.

### Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de

continua





99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

#### Análise de sensibilidade de risco de mercado

A Companhia possui exposição em ativos financeiros de renda fixa, principalmente de operações compromissadas. Em função da baixa exposição o impacto proveniente do deslocamento de 1 ponto base na curva líquido de efeitos fiscais geram impactos no resultado e PL menores que R\$ 1 mil.

#### f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

#### Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Tudo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

#### Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

#### g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de Capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

#### h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

#### 4. Aplicações

##### a. Resumo da classificação das aplicações

	2016	%	2015	%
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>				
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	467.506	100	415.105	100
<b>Total</b>	<b>467.506</b>	<b>100</b>	<b>415.105</b>	<b>100</b>

##### b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia nos respectivos fundos de investimentos.

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor custo atualizado	Ajuste a valor justo
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Letras financeiras do tesouro	-	276.109	276.109	276.702	(593)
Quotas de fundos de investimento	158.314	-	158.314	158.314	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	33.083	-	33.083	33.083	-
<b>Total em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>191.397</b>	<b>276.109</b>	<b>467.506</b>	<b>468.099</b>	<b>(593)</b>

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor custo atualizado	Ajuste a valor justo
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Letras financeiras do tesouro	-	289.792	289.792	289.808	(16)
Quotas de fundos de investimento	110.341	-	110.341	110.341	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	14.972	-	14.972	14.972	-
<b>Total em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>125.313</b>	<b>289.792</b>	<b>415.105</b>	<b>415.121</b>	<b>(16)</b>

#### c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2016	2015
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>567.955</b>	<b>631.807</b>
(-) Carregamento de comercialização (*) - garantia estendida	237.104	287.330
(-) Direito creditório	22.585	47.948
(-) Provisão de convênio - DPVAT	158.279	110.310
<b>Total a ser coberto (A)</b>	<b>149.987</b>	<b>186.219</b>
Quotas de fundos de investimentos	298.641	303.567
<b>Total dado em cobertura (B)</b>	<b>298.641</b>	<b>303.567</b>
<b>(B) - (A)</b>	<b>148.654</b>	<b>117.348</b>

(\*) Refere-se a despesas com estipulantes efetivamente liquidadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015.

#### d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2016		2015	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>276.109</b>	<b>191.397</b>	<b>467.506</b>	<b>289.792</b>
Letras financeiras do tesouro	276.109	-	276.109	289.792
Quotas de fundos de investimentos	-	158.314	158.314	110.341
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	33.083	33.083	14.972
<b>Total</b>	<b>276.109</b>	<b>191.397</b>	<b>467.506</b>	<b>125.313</b>

#### e. Movimentação das aplicações

	2016	2015
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>415.105</b>	<b>296.429</b>
(+) Aplicações	145.618	180.532
(-) Resgates	(151.007)	(109.666)
(+) Rendimentos - ativos a valor justo por meio do resultado	57.790	47.810
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>467.506</b>	<b>415.105</b>

#### f. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2016, o desempenho global das aplicações, atingiu 99,44% do CDI no acumulado do período.

#### 5. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui posição pendente de derivativos em 31 de dezembro de 2016.

#### 6. Créditos das operações com seguros e resseguros

##### a. Prêmios a Receber - Garantia Estendida

	2016	2015
<b>A vencer</b>		
Até 30 dias	11.930	28.758
De 31 a 60 dias	11.057	23.803
<b>Total a vencer</b>	<b>22.987</b>	<b>52.561</b>

##### b. Movimentação dos prêmios a receber

	2016	2015
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro</b>	<b>45.428</b>	<b>60.552</b>
(+) Prêmios emitidos	202.315	306.838
(-) Recebimentos	(225.173)	(320.409)
(-) Transferência para Operações com Seguradora - Cosseguro aceito vencido	-	(1.553)
<b>Saldo em 31 de dezembro (*)</b>	<b>22.570</b>	<b>45.428</b>

(\*) Não contempla prêmios de riscos vigentes não emitidos no montante de R\$ 417 (R\$ 7.133 em 2015).

#### 7. Ativos e passivos fiscais

##### a. Créditos tributários e previdenciários

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos a compensar	5.735	-	5.735	5.635
Créditos e tributos diferidos (b-i)	-	41.845	-	1.275
Obrigações fiscais diferidas (b-ii)	(1.456)	(1.456)	-	(986)
<b>Total</b>	<b>5.735</b>	<b>40.389</b>	<b>46.124</b>	<b>289</b>

##### b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

###### (i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 2015	Constituição	Realização	Saldo em 2016
Provisão para contingências fiscais	754	72	-	826
Provisão para contingências cíveis	252	212	(299)	165
Outros (*)	269	40.964	(379)	40.854
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>1.275</b>	<b>41.248</b>	<b>(678)</b>	<b>41.845</b>

	Saldo em 2014	Constituição	Realização	Saldo em 2015
Provisão para contingências fiscais	-	754	-	754
Provisão para contingências cíveis	-	252	-	252
Outros	171	117	(19)	269
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>171</b>	<b>1.123</b>	<b>(19)</b>	<b>1.275</b>

(\*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários incidentes sobre a perda relativo as despesas de comercialização diferidas reconhecidas no exercício.

##### (ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2015	Constituição	Saldo em 2016
Provisão de IR/CSLL sobre atualização de depósito judicial	986	470	1.456
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>986</b>	<b>470</b>	<b>1.456</b>

	Saldo em 2014	Constituição	Saldo em 2015
Provisão de IR/CSLL sobre atualização de depósito judicial	498	488	986
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>498</b>	<b>488</b>	<b>986</b>

#### c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2021 em diante	26.121	15.724	41.845
<b>Total</b>	<b>26.121</b>	<b>15.724</b>	<b>41.845</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários monta a R\$ 37.349.

#### 8. Custos de aquisição diferidos

Custos de aquisição diferidos compreendem os custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros de cosseguro aceito do produto de garantia estendida sendo apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. Compreende também o custo de aquisição relativo ao contrato de exclusividade com a rede varejista por comercialização do seguro garantia pelo prazo inicial de 12 anos, mais a extensão de 4 anos do contrato, totalizando 16 anos.

	2016	2015
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>782.464</b>	<b>805.187</b>
Constituição	127.726	197.980
Realização (*)	(321.318)	(220.703)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>588.872</b>	<b>782.464</b>

(\*) A Administração efetua anualmente a análise relativa a recuperabilidade dos custos de aquisição relacionados a esse contrato. Considerando a significativa redução das vendas no segmento varejista fato que afeta diretamente a produção, a análise corroborou para o reconhecimento de perda de R\$ 101,9 milhões.

#### 9. Depósitos judiciais e fiscais

	2016	2015
IR e CSLL (*)	10.512	9.672
DPVAT	22	-
<b>Total</b>	<b>10.534</b>	<b>9.672</b>

(\*) Refere-se a depósitos judiciais, o qual diz respeito à discussão do direito de deduzir no lucro real relativo ao exercício fiscal de 1994 e seguintes, o saldo de correção monetária de balanço, mediante aplicação do IPC expurgado em janeiro de 1989 - Plano Verão, efetuados por Universal Companhia de Seguros Gerais (Incorporada na Finasa Seguradora S.A.) e pela Finasa Seguradora S.A. (antiga razão social da Atlântica Companhia de Seguros). Em caso de perda os depósitos judiciais serão ressarcidos pelo controlador Bradesco Seguros S.A..

#### 10. Obrigações a pagar

	2016	2015
Partes relacionadas (nota 17)	1.515	7.087
Provisão para publicação de balanço	279	222
Contas a pagar - Seguradora líder	411	379
Outras obrigações	416	152
<b>Total</b>	<b>2.621</b>	<b>7.840</b>

#### 11. Impostos e contribuições

	2016	2015
IRPJ	1.868	-
CSLL	1.511	-
COFINS	1.083	1.290
PIS	176	210
<b>Total</b>	<b>4.638</b>	<b>1.500</b>

#### 12. Outros débitos operacionais

Refere-se, substancialmente, ao pró-labore relativos às operações de cosseguros aceitos de garantia estendida, no montante de R\$ 14.497 (R\$ 29.809 em 31 de dezembro de 2015).

#### 13. Provisões técnicas - seguros

##### a. Composição

	2016	2015
Provisão de prêmios não ganhos - garantia estendida	389.448	497.263
Provisão de sinistro a liquidar (PSL) e Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) - DPVAT	157.065	109.507
Provisão de sinistro a liquidar (PSL) e Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) - garantia estendida	20.228	24.234
Outras provisões - DPVAT	1.214	803
<b>Total</b>	<b>567.955</b>	<b>631.807</b>

##### b. Movimentação das provisões técnicas

	2016	2015
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>631.807</b>	<b>589.057</b>
(-) Seguro DPVAT	(110.310)	(87.659)
<b>Subtotal em 1º janeiro</b>	<b>521.497</b>	<b>501.398</b>
(+) Constituições	257.551	331.283
(-) Reversões	(301.635)	(290.616)
(-) Sinistros pagos	(66.607)	(21.604)
(+) Atualização monetária	(1.130)	1.036
<b>Subtotal em 31 de dezembro</b>	<b>409.676</b>	<b>521.497</b>
(+) Seguro DPVAT	158.279	110.310
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>567.955</b>	<b>631.807</b>

##### c. Aging de sinistros judiciais a liquidar

Faixa (anos)	PSL judicial	Quantidade	PSL judicial	Quantidade
Até 1 ano	17.150	3.744	11.680	3.542
1 a 2 anos	7.287	2.023	7.333	2.139
2 a 3 anos	4.494	1.126	4.182	1.140
3 a 4 anos	2.528	562	2.600	625
4 a 5 anos	1.961	405	2.000	473
Acima de 5 anos	5.624	947	4.105	802
<b>Total</b>	<b>39.044</b>	<b>8.807</b>	<b>31.900</b>	<b>8.721</b>

#### 14. Provisões judiciais

Refere-se, substancialmente, a provisão no montante de R\$ 2.080 correspondente a parte da Companhia referente à discussão do direito de deduzir na apuração do lucro real relativo ao exercício fiscal de 1994 e seguintes, o saldo de correção monetária de balanço, mediante aplicação do IPC expurgado em janeiro de 1989 - Plano Verão, efetuados por Universal Companhia de Seguros Gerais (Incorporada na Finasa Seguradora S.A.) e pela Finasa Seguradora S.A. (antiga razão social da Atlântica Companhia de Seguros). Há depósitos judiciais de R\$ 10.512 (nota 9) e, em caso de perda da ação, o montante dos depósitos judiciais serão ressarcidos pelo controlador Bradesco Seguros S.A..

#### 15. Patrimônio líquido

##### a. Capital social e dividendos





### 17 Transações e saldos com partes relacionadas

	2016	2015		2016	2015
<b>Ativo</b> .....	<b>33.092</b>	<b>14.975</b>	<b>Despesas</b> .....	<b>(14.293)</b>	<b>(13.367)</b>
<b>Disponível</b> .....	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>Rateio das despesas administrativas</b> .....	<b>(14.280)</b>	<b>(13.355)</b>
Banco Bradesco S.A.			Bradesco Seguros S.A.		
(controlador final).....	9	3	(controladora direta) (b).....	(14.280)	(13.355)
<b>Aplicações</b> .....	<b>33.083</b>	<b>14.972</b>	<b>Outras despesas</b> .....	<b>(13)</b>	<b>(12)</b>
Banco Bradesco S.A.			Banco Bradesco S.A.		
(controlador final)(a).....	33.083	14.972	(controlador final) (c).....	(13)	(12)
<b>Passivo</b> .....	<b>1.515</b>	<b>7.087</b>			
<b>Obrigações a pagar</b> .....	<b>1.515</b>	<b>1.454</b>			
Bradesco Seguros S.A.					
(controladora direta) (b).....	1.511	1.388			
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A. (empresa ligada) (d) ..	4	66			
<b>Dividendos a pagar</b> .....	<b>-</b>	<b>5.633</b>			
Bradesco Seguros S.A.					
(controladora direta).....	-	5.633			
<b>Total (Ativo - Passivo)</b> .....	<b>31.577</b>	<b>7.888</b>	<b>Total (Despesas)</b> .....	<b>(14.293)</b>	<b>(13.367)</b>

- (a) Refere-se a operações compromissadas de títulos públicos.  
(b) Refere-se ao rateio de despesas administrativas compartilhadas. É efetuada a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.  
(c) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.  
(d) Corresponde a despesas operacionais de titularidade da Atlântica Cia de Seguros pagos pela Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros.

#### Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.  
Em 2016 e 2015, foi determinado o valor máximo de R\$84, líquido de encargos sociais, para remuneração dos administradores. Os Administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

### 18 Principais ramos de atuação

	2016	2015		2016	2015
<b>Ramos</b> .....	<b>Prêmio emitido Líquido</b>	<b>Prêmios ganhos</b>	<b>Sinistralidade %</b>	<b>Comercialização %</b>	
DPVAT.....	89.120	88.503	85,71	1,41	
Garantia estendida.....	193.820	301.635	21,13	106,53	
<b>Total</b> .....	<b>282.940</b>	<b>390.138</b>			
<b>Ramos</b> .....	<b>Prêmio emitido Líquido</b>	<b>Prêmios ganhos</b>	<b>Sinistralidade %</b>	<b>Comercialização %</b>	
DPVAT.....	89.335	89.198	86,71	1,41	
Garantia estendida.....	301.507	289.330	9,86	76,28	
<b>Total</b> .....	<b>390.842</b>	<b>378.528</b>			

### 19 Detalhamento das contas de resultado

	2016	2015
<b>a. Prêmios emitidos líquidos</b> .....	<b>282.940</b>	<b>390.842</b>
Prêmio de cosseguros aceitos - garantia estendida.....	193.820	301.507
Prêmios convênio DPVAT.....	89.120	89.335
<b>Total</b> .....	<b>282.940</b>	<b>390.842</b>
<b>b. Receitas com emissão de apólices</b> .....	<b>5.274</b>	<b>5.186</b>
Emissão de bilhetes - Consórcio DPVAT.....	5.274	5.186
<b>Total</b> .....	<b>5.274</b>	<b>5.186</b>
<b>c. Sinistros ocorridos</b> .....	<b>(139.593)</b>	<b>(105.869)</b>
Sinistros de cosseguros aceitos e retrocessões.....	(52.105)	(29.802)
Sinistros de consórcios e fundos - DPVAT.....	(50.612)	(69.619)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - garantia estendida.....	(11.633)	1.275
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT.....	(25.243)	(7.723)
<b>Total</b> .....	<b>(139.593)</b>	<b>(105.869)</b>
<b>d. Custos de aquisição</b> .....	<b>(322.566)</b>	<b>(221.966)</b>
Comissões sobre prêmios emitidos - DPVAT.....	(1.248)	(1.263)
Outras despesas de comercialização - garantia estendida.....	(127.727)	(197.980)
Varição das despesas de comercialização diferidas - garantia estendida.....	(193.591)	(22.723)
<b>Total</b> .....	<b>(322.566)</b>	<b>(221.966)</b>

### e. Outras despesas e receitas operacionais

	2016	2015
Recuperação do custo do bilhete - DPVAT.....	(1.730)	(1.607)
Despesas com cobrança - DPVAT.....	(5.009)	(4.926)
Outras (despesas)/receitas com operações de seguros.....	(969)	(6.121)
<b>Total</b> .....	<b>(7.708)</b>	<b>(12.654)</b>

### f. Despesas administrativas

	2016	2015
Despesas com serviços de terceiros.....	(13.241)	(9.612)
Despesas com localização e funcionamento.....	(674)	(1.505)
Despesas com publicações.....	(337)	(72)
Despesas com donativos e contribuições.....	(243)	(524)
Despesas administrativas do convênio DPVAT.....	(4.209)	(4.263)
Outras.....	(1.601)	(3.680)
<b>Total</b> .....	<b>(20.305)</b>	<b>(19.656)</b>

### g. Despesas com tributos

	2016	2015
Despesas com COFINS.....	(12.318)	(13.359)
Despesas com PIS.....	(2.002)	(2.171)
Despesas com taxa de fiscalização.....	(1.967)	(1.438)
Impostos federais/estaduais/municipais.....	(30)	(1.889)
<b>Total</b> .....	<b>(16.317)</b>	<b>(18.857)</b>

### h. Resultado financeiro

	2016	2015
<b>Receitas financeiras</b> .....		
Receitas com títulos de renda fixa.....	60.828	48.405
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	1.175	1.221
Receitas com créditos tributários.....	508	333
Receitas com dividendos.....	15	-
Outras receitas.....	634	645
<b>Subtotal</b> .....	<b>63.160</b>	<b>50.604</b>
<b>Despesas financeiras</b> .....		
Despesas de operações com seguros.....	(18.005)	(13.879)
Despesas com títulos de renda fixa.....	(3.038)	(595)
Tributação sobre operações financeiras.....	(2.881)	(2.319)
Atualização monetária contingências passivas.....	(416)	-
Despesas com taxa de custódia.....	(76)	(58)
<b>Subtotal</b> .....	<b>(24.416)</b>	<b>(16.851)</b>
<b>Total</b> .....	<b>38.744</b>	<b>33.753</b>

### i. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
<b>Impostos diferidos</b> .....		
(Constituição)/reversão no período sobre adições temporárias.....	40.099	616
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(12.385)	(17.073)
<b>Imposto de renda e contribuição social devidos</b> .....	<b>27.714</b>	<b>(16.457)</b>

### 20 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
<b>Resultado antes de impostos</b> .....	<b>(72.331)</b>	<b>40.172</b>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 20%, respectivamente.....	32.549	(18.077)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Contribuição entidades de classe.....	(98)	(88)
Efeito do diferencial de alíquota da contribuição social.....	(4.239)	1.720
Ajuste efetuados na declaração de rendimentos.....	(498)	(72)
Outros.....	-	60
<b>Imposto de renda e contribuição social</b> .....	<b>27.714</b>	<b>(16.457)</b>
<b>Alíquota efetiva</b> .....	<b>38,32%</b>	<b>40,97%</b>

### 21 Outras informações

**Relatório do Comitê de Auditoria**  
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 8 de fevereiro de 2017, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

### DIRETORIA

José Sérgio Bordin	Diretor-Geral			Saint'Clair Pereira Lima
Marco Antônio Gonçalves	Diretor Gerente			Atuário - MBA nº 943
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor Gerente	Saint'Clair Pereira Lima	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Enrico Giovanni Oliveira Ventura	Diretor	Contador CRC-RS 034447/O-7-T-RJ

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Atlântica Companhia de Seguros

Rio de Janeiro – RJ

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Atlântica Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântica Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração

das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos  
Contadora CRC 1SP224130/O-0

### PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Atlântica Companhia de Seguros

Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Atlântica Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

#### Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Atlântica Companhia de Seguros.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

#### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Atlântica Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

#### Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados,

que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos quadros estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.  
CNPJ: 02.668.801/0001-55 - CIBA 48

Joel Garcia  
Atuário MIBA 1131

#### Anexo I Atlântica Companhia de Seguros (Em milhares de Reais)

<b>1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro</b> .....	<b>31/12/2016</b>
Total de provisões técnicas.....	567.955
Total de provisões técnicas auditadas.....	409.676
Total de ativos de resseguro.....	
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas</b> .....	<b>31/12/2016</b>
Provisões Técnicas (a).....	567.955
Valores redutores (b).....	417.968
Total a ser coberto (a-b).....	149.987
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b> .....	<b>31/12/2016</b>
Capital Base (a).....	15.000
Capital de Risco (CR) (b).....	60.883
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b).....	60.883
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b> .....	<b>31/12/2016</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a).....	544.517
Exigência de Capital (CMR) (b).....	60.883
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b).....	483.634
Ativos Garantidores (d).....	298.641
Total a ser Coberto (e).....	149.987
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e).....	148.654
Ativos Líquidos (g).....	148.654
Capital de Risco (CR) (h).....	60.883
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) ( g / h).....	244,2%
(*) O	